

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: O QUE PODEMOS ESPERAR?

Economista com Mestrado em Economia pela UFPE, Coordenador Geral Administrativo da FAFIRE, Professor de Economia da Graduação e Pós-graduação da FAFIRE e Membro da Comissão Nacional de Administração e Gestão do Grupo Dorotéias, Uranilson Carvalho, exerce com maestria todas essas atribuições. Nesta entrevista, o professor faz uma análise clara e abrangente dos impactos da pandemia na economia brasileira, indicando quais os desafios e perspectivas para empresas, escolas, trabalhadores e para todos nós, que fazemos parte deste cenário.



Foto: Uranilson Carvalho

ENTREVISTA

Prof. Uranilson Carvalho, em seu livro *Capital Especulativo Livre, Capital Produtivo Preso*, o senhor analisa a política econômica brasileira ao longo dos anos de 1990; em linhas gerais, qual sua visão sobre a falta de controles no Brasil em relação ao capital especulativo? Você realiza uma defesa em relação ao capital produtivo? E como isso afeta os brasileiros?

Resposta: Em síntese, no meu novo livro, eu fiz uma análise do perfil dos investimentos nas bolsas de Valores do Brasil (hoje denominada B3), especialmente, do Capital Financeiro Internacional. Alerto que há um predomínio da visão mais especulativa (Day Trade), que visa ganhos de curto prazo através da compra e venda rápida de ações, que promovem uma equivocada sensação de que investir nas Bolsas de Valores é algo extremamente volátil e inseguro, diante das oscilações diárias do índice do IBOVESPA. Mas, esta aparente volatilidade ocorre justamente pelo perfil destes investimentos, que visam ganhar no curto prazo, independente dos impactos na atividade econômica e dos fundamentos das empresas. Ao contrário, deveria haver um maior incentivo aos investimentos de longo prazo, na própria Bolsa de Valores, que tem como foco a empresa em si e seus fundamentos. Quando o investidor compra ações com foco no longo prazo, o objetivo é o estímulo ao Capital Produtivo, um olhar para a real situação das empresas. Este tipo de opção possibilita que a poupança seja canalizada adequadamente para o setor produtivo, gerando produção, emprego e renda que poderia colaborar de forma mais dinâmica com o crescimento do Brasil.

A situação econômica do Brasil antes da pandemia era de tentativas de retomada do crescimento, taxas altas de desemprego, longe de ser um quadro de tranquilidade. Que cenário, na sua opinião, está se construindo com as dificuldades da pandemia e as medidas adotadas até o momento?

Resposta: Na sua pergunta teve um fator importante e correto, com destaque aos rebatimentos da pandemia na economia nacional e, também, no contexto internacional. Portanto, o seu questionamento não foi sobre o Isolamento Social, que entendemos que é parte da solução. Assim, sua preocupação é bastante pertinente, pois a pandemia afetou diretamente a atividade econômica no mundo. O agravante para o nosso país, conforme você destacou, é que a economia não estava conseguindo sair do processo de baixo crescimento e, conseqüentemente, contornar as elevadas taxas de desemprego. Os ajustes “reformistas”, como o previdenciário e o trabalhista, ao contrário do argumento de alguns economistas, não estavam conseguindo representar uma força motriz capaz de promover o “empurrão” para a retomada do crescimento. Inclusive, antes da pandemia, havia uma sinalização para outra medida “reformista”, que era a “Reforma Tributária”. Eu estava acompanhando de perto os pontos desta “Reforma” e, naquele momento, construí argumentos que não se tratava de uma medida estrutural e, sim, de uma simplificação tributária, que não modificava a característica central do nosso sistema tributário regressivo, ao cobrar mais Imposto de Renda da população de baixa renda e, penaliza o setor produtivo,



diante da excessiva carga de impostos indiretos, como o ICMS e o IPI. Assim, mesmo concluindo esta etapa da “mini reforma tributária”, o Brasil não retomaria seu crescimento.

No segundo ponto da sua pergunta, referente aos cenários e às medidas adotadas, entendo que o Brasil continuará com a baixa taxa de crescimento do seu PIB em 2020, fechando a uma taxa negativa entre 5 a 10% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Porém, a partir de 2021, dependerá e muito do rumo da nossa Política Econômica, especialmente, a condução adequada da Política Fiscal, pois, diferente das empresas privadas, ajustes fiscais do Estado em tempos de crise é o mesmo que empurrar o país para um profundo abismo. No outro lado, está claro que a Política Monetária, as baixas taxas de juros, pelo menos da SELIC (taxa básica de juros), não estão sendo capazes de incentivar o crescimento econômico e estimular o setor produtivo. No tocante às medidas contra o COVID-19, quando já estava claro o estrago que a pandemia traria para as pessoas e às empresas, o Ministério da Economia relutou bastante para sair do discurso das “reformas” e, conforme ocorreu em quase todos os países, deveria ter estabelecido o papel estratégico do Estado, como agente econômico capaz de liderar medidas sanadoras e aliviar os efeitos da queda da produção, do comércio e da renda.

A seu ver, qual deve ser o papel do governo no socorro a trabalhadores e empresários neste tempo de pandemia?

Resposta: O receituário está claro e posto, basta apenas atentar às medidas que diversos países do mundo estão adotando, não só em economias centrais, como Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão e China, mas, de economias periféricas, como a da própria América Latina, que dentro das suas limitações fiscais (receita dos impostos e capacidade de gerar receita de capital com venda de títulos públicos), adotaram medidas urgentes de transferência de renda para populações mais carentes e de ajuda financeira e fiscal para segmentos produtivos. Estas medidas são conhecidas na literatura econômica por Política Fiscal Anti-Cíclica, pois representam medidas do Governo que visam provocar um “Ponto de Inflexão” na tendência de queda da curva do desempenho econômico, especialmente, durante crises econômicas agudas.

A falta de um planejamento de curto prazo e de uma liderança nacional jogou o Brasil, até o presente momento em que respondo suas perguntas, há mais de meio milhão de brasileiros acometidos pelo COVID-19, sendo o segundo país com o maior número de infectados no mundo, e aproximadamente trinta mil óbitos. O segmento produtivo e os trabalhadores sofrem muito mais com a fragilidade e com a lentidão das medidas compensatórias,

que ampliam consideravelmente os impactos nocivos na sociedade e que poderiam ser atenuados caso o Governo Federal fosse eficaz.

Olhando para dentro de nossos lares, para a economia doméstica... quem não perdeu sua renda deve economizar? Quais as formas mais adequadas para aplicar e gerenciar a renda, fazendo uma reserva?

Resposta: De tudo que discutimos até então, este é o ponto mais preocupante de toda esta dinâmica: as pessoas! Por um lado, a parte mais fácil é justamente orientar os indivíduos que conseguiram manter sua renda ou, ainda mais privilegiados, sobrar algum recurso financeiro. A orientação básica é pela parcimônia, a cautela em todos os aspectos. Isso não significa o abandonar, por

“...O segmento produtivo e os trabalhadores sofrem muito mais com a fragilidade e com a lentidão das medidas compensatórias, que ampliam consideravelmente os impactos nocivos na sociedade e que poderiam ser atenuados caso o Governo Federal fosse eficaz...”

exemplo, a compra de bens duráveis como uma geladeira, ou seja, o consumidor deve realizar suas escolhas em não comprar pelo impulso, mas pelas suas reais necessidades. Outro ponto, ao contrário do que muita gente pensa, comprar ações de empresas sólidas (investimento de renda variável) e comprar títulos públicos (investimento de renda fixa) apresentam um momento bastante satisfatório, pela oportunidade em adquirir ativos baratos e com ampla possibilidade de ganhos futuros.

Porém, por outro lado, a maior parte dos brasileiros tiveram perda de renda. O sacrifício das escolhas está bem mais desafiador e a gestão do orçamento familiar mais complexa, somadas à insegurança no emprego ou a maior dificuldade em ingressar ou retornar ao mercado de trabalho. Além da responsabilidade do Estado com estas pessoas, que já comentei na resposta anterior, cabe às famílias reduzirem suas despesas, adequando-as à nova realidade da sua renda (tarefa nada fácil) e manter um olhar, sempre que for possível, na sua formação acadêmica e profissional. A história mostra que após grandes crises, ocorrem rupturas na forma de trabalho e de produção, onde, desta forma, surgem novos modelos que exigirão uma constante atualização na qualificação profissional.



E quais os desafios para as instituições privadas de educação?

Resposta: Gostaria de responder esta pergunta dentro de duas perspectivas, a primeira, Acadêmica, e a segunda de ordem Administrativa. Um primeiro ponto, acredito que a Pandemia da COVID-19 acelerou alguns aspectos dos impactos da chamada Indústria 4.0, que representa a avassaladora ampliação do poder do processamento, armazenamento e acesso ao conhecimento sem precedentes, conectados por dispositivos móveis, a expansão da Inteligência Artificial, a big data, a internet das coisas, apenas para citar algumas, que vêm provocando profundas rupturas e estabelecendo novos desafios no processo de ensino e aprendizagem, da Educação Básica ao Ensino Superior. Em princípio, acreditávamos que no Brasil este processo de adaptação da sala de aula às novas tecnologias levaria muito tempo, onde sua difusão se daria lentamente e, até mesmo, com muita resistência do professor e do estudante.

A pandemia mostrou a necessidade da rápida substituição das aulas presenciais pelas atividades remotas, com o uso de ambientes de aulas virtuais, interação remota e síncrona e avaliações online passaram a fazer parte do novo planejamento acadêmico. Não tivemos muito tempo para refletir, simplesmente foi imposta uma variável exógena de saúde pública, como uma alternativa para não comprometer o calendário acadêmico e manter o processo de ensino e aprendizagem. Porém, vejo que este novo formato veio para ficar, possivelmente dialogando de forma híbrida com o modelo tradicional. Porém, entendo que o conceito de espaço físico de sala de aula está sendo reconstruído quase na mesma velocidade em que o vírus do COVID-19 avança pelo mundo.

Na área Administrativa, acredito que todos os processos de atendimento ao cliente interno e externo estarão no formato online, as reuniões cotidianas e as tomadas de decisões dos gestores podem ser realizadas remotamente. A digitalização de documentos foi impulsionada e o home office poderá ser utilizado com eficácia, quando necessário. Aqui cito apenas algumas transformações imediatas e que foram abruptamente antecipadas dentro da realidade das unidades educacionais.

No tocante à crise, o desafio da gestão escolar foi ampliado e a sustentabilidade tornou-se ainda mais desafiadora. Conceitos mais tradicionais de planejamento, políticas de captação e retenção, gestão de pessoas e financeira estão sendo adaptados para responder ao rápido agravamento da inadimplência e pressões por descontos nas mensalidades e a queda expressiva da receita, o trabalho remoto e as novas demandas tecnológicas e de comunicação. Capacidade de adaptação é uma palavra chave no atual contexto da pandemia, planejar num curtíssimo prazo para permitir rápidas e novas respos-

tas, pois o que era inovador há meses atrás, tornou-se ultrapassado no atual contexto. Temos que agora reavaliar todos os serviços ofertados, seja na Educação Básica ou na Superior, com análise de sustentabilidade por níveis de ensino ou de graduações. Multiplicar nossos canais de comunicação com familiares e estudantes e o desafio da precisão na informação, ampliar nossa capacidade de negociação, rever contratos com fornecedores, cobrança financeira profissionalizada e mais sensível ao novo contexto, além de adaptar toda a estrutura física da instituição e adequar o quantitativo de funcionários à nova realidade da receita e, por fim, não menos importante, utilizar a marca doroteana ao nosso favor. Por mais contraditório que pareça, em tempos de distanciamento, a acolhida, que é a força da nossa marca, deve ser nosso mote de captação e retenção.

Mas, gostaria de encerrar lembrando que estaremos, em algum momento, entrando no chamado “Novo Normal”, tendo que preparar nossas unidades para seguir com rigor os protocolos das autoridades sanitárias locais para receber, de forma gradual, nossos docentes, funcionários administrativos e os estudantes, com todo o entusiasmo que é uma característica das unidades norteadas pelo carisma pedagógico de Santa Paula Frassinetti. Numa dinâmica desconhecida por todos nós e cientes que o trauma da pandemia deixará fortes sequelas, porém, estaremos todos(as) juntos(as), fortalecidos(as) e mais próximos(as) do que nunca para darmos respostas adequadas em grupo, e como Grupo, ao rebento de um novo mundo.



PROVÍNCIA BRASILEIRA

...

Governo Provincial:

Ir. Jaci Dutra Pessoa

Ir. Ana Maria Lopes

Ir. Ildes Maria Lobo Mendes

Ir. Maria das Graças Soares da Costa

Ir. Maria do Socorro Lopes Souza

Ir. Gilma Souza Sales

Ir. Maria das Graças Leal

Comissão de Comunicação

comunicacao@doroteiasbrasil.org

(81) 9 9969-0546